O que faz um Procurador do Estado?

Nuno Coelho

Era a terça-feira de um carnaval que ficou marcado tragicamente na memória. Em São Sebastião, uma chuva recorde tinha acontecido no domingo. Foram 683 milímetros de água em menos de 15 horas, no dia 19 de fevereiro de 2023. Para se ter uma ideia, isso equivale à mesma quantidade de chuva que caiu na cidade ao longo de todo o verão de 2022. O resultado? Sessenta e cinco pessoas mortas e centenas de desabrigados.

É nesse cenário que chega a mensagem naquela terça-feira para a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional de Taubaté, órgão da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: “ainda tem pessoas nas áreas de risco”. A previsão era de que mais chuva e mais deslizamentos poderiam acontecer, agravando ainda mais o que já era uma tragédia. Para proteger as pessoas que ainda estavam nessas áreas de risco seria necessária uma medida judicial urgente.

Procuradores de plantão em São Paulo preparavam o texto da medida judicial, enquanto outros colegas em Taubaté procuravam o Juiz de plantão que pudesse julgar essa medida urgente.

Após um dia de trabalho intenso, o processo foi protocolado às 23h39 da terça-feira de carnaval. A decisão do juiz veio às duas horas da manhã da quarta-feira de cinzas permitindo a evacuação das pessoas das áreas de risco.

“Procurador de Justiça”, “Procurador da República”, “Procurador do Trabalho”... É tanto “procurador” que fica fácil mesmo confundir. Mas histórias com essa de São Sebastião ajudam a entender um pouco o que faz a advocacia pública, composta por membros da Advocacia Geral da União, Procuradores do Estado e Procuradores do Município.

Esses “procuradores” são os advogados do interesse público. São eles que garantem que a atuação do Poder Executivo seja feita de forma correta e de acordo com a lei e que defendem essa atuação na Justiça quando isso é necessário.

Também é função da advocacia pública a cobrança judicial dos tributos não pagos. Alguns podem dizer que essa é a mais impopular das nossas atividades, mas são esses recursos que pagam a saúde, a educação, a segurança pública e todas as demais atividades do Estado. Além disso, se a cobrança existe, ela deve ser justa para todos. Em outro caso que ficou famoso em nossa região, uma rede de farmácias começou a crescer muito rápido usando de estratégias para não pagar os impostos que eram devidos. Tinha até um carro forte próprio para não precisar

depositar o dinheiro em algum banco e, assim, impedir que o bloqueio de suas contas tivesse algum resultado. Uma verdadeira concorrência desleal com quem paga seus impostos em dia.

Após meses de intenso trabalho, todas essas estratégias foram derrotadas na Justiça e essa empresa hoje paga seus tributos corretamente.

Também foram Procuradores do Estado que desataram o “nó jurídico” que travava as obras de duplicação da Tamoios e são eles também que processam servidores públicos corruptos.

É isso que nós fazemos. No dia 7 de março, dia nacional da advocacia pública, você pode ficar tranquilo em saber que há milhares de advogados públicos tomando conta do patrimônio e do interesse que é seu e de todos.